

DIAS, Everardo

*jornalista e revolucionário.

Everardo Dias nasceu em Pontevedra, na Espanha, em 1883. Era filho de Antonio Dias, tipógrafo republicano, professor primário, maçom e revolucionário, que se viu obrigado a fugir da Espanha e, junto com a família, encontrou abrigo em São Paulo em 1886.

Everardo aprendeu as primeiras letras com os pais, herdou o ofício paterno e trabalhou como tipógrafo caixista no jornal *O Estado de São Paulo* enquanto fazia a Escola Normal da praça da República. Chegou a frequentar a Faculdade de Direito do largo São Francisco, mas abandonou-a por falta de recursos (só mais tarde conseguiria o título de bacharel, na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro). A partir de 1903, por mais de dez anos, dirigiu o jornal *O Livre Pensador*, que defendia a liberdade religiosa e de imprensa, cultuando a razão contra o conservadorismo da Igreja Católica. Suas divisas eram “moral-progresso-verdade, liberdade-igualdade-fraternidade, e ciência-justiça-trabalho”. Em 1904, assumiu cargo de professor em Aparecida do Monte Alto, lugarejo no interior de São Paulo, mas logo desistiu e voltou à capital, onde trabalharia sobretudo como jornalista. Desde essa época, como aponta José Castellani, atuou expressivamente na maçonaria.

Na década de 1910, acompanhou a ascensão do movimento operário. Publicou textos como *Jesus Cristo era anarquista*, editado em 1920 pelo grupo do jornal *A Plebe*, do qual foi colaborador. Participou da greve geral paulista de 1917, quando redigiu o célebre “Manifesto aos soldados”, convocando-os a aderir ao movimento. Segundo seu amigo Edgard Leuenroth, conhecido líder anarquista, a atuação seria ainda mais intensa na greve de 1919, embora Everardo argumentasse na época que seu vínculo com os grevistas era de colaboração com a imprensa operária e de apoio à greve, sem desempenhar papel relevante no movimento. De toda forma, por sua participação, foi preso, castigado com 25 chibatadas e depois deportado junto com outros grevistas nascidos no exterior. É essa história que relata no livro *Memórias de um exilado*, de 1920.

Entre os expulsos do país que seguiram a bordo do navio *Benevente* foi o único a conseguir o perdão presidencial, graças às relações com ilustres republicanos e maçons. O deputado federal Maurício de Lacerda liderou a campanha contra sua deportação, que foi apoiada nacionalmente pela maçonaria, alguns parlamentares e integrantes do movimento operário. Mas antes de obter o perdão do presidente Epitácio Pessoa, teve seu pedido de *habeas*

corpus negado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Sendo casado com brasileira e tendo cinco filhas nascidas no país, para onde viera ainda pequeno, entre outros fatores alegados por seus advogados, sua deportação parecia absolutamente ilegal. Por concordar com os argumentos do solicitante, o ministro Edmundo Lins insurgiu-se abertamente contra a decisão da maioria do STF, liderada pelo ministro Viveiros de Castro. Segundo *O Estado de São Paulo* (10/11/1919), exaltado, Edmundo Lins teria afirmado ser compreensível até o recurso a bombas por parte dos que não viam a Justiça reconhecer seus direitos garantidos por lei: “Está no seu direito, porque uma voz que se lhe não quer reconhecer um direito, recorre à dinamite, para fazer valer esse mesmo direito! (Sensação. Protestos dos srs. Pires de Albuquerque e Muniz Barreto)”.

As *Memórias de um exilado* constituem precioso documento de época, ao testemunhar as lutas dos trabalhadores e a agitação social no final da década de 1910, especialmente em São Paulo e Recife; as arbitrariedades do governo brasileiro na repressão aos grevistas; as condições carcerárias terríveis; a vida nos portos do Brasil e do mundo por onde Everardo passou a bordo do navio que o conduzia ao exílio. Expressam também a mobilização de certa intelectualidade que se formava, ao mesmo tempo contestadora da ordem estabelecida e em busca de mecanismos de afirmação social e política, seja por meio da imprensa, da militância política ou da maçonaria. O livro evidencia o impacto no Brasil de acontecimentos como o fim da primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa. Mostra também a atuação política, anterior à fundação do Partido Comunista (PCB), de intelectuais que viriam a fazer a história do comunismo no Brasil a partir de 1922, como João Pimenta, Cristiano Cordeiro, Antônio Canellas e Astrojildo Pereira, que futuramente viria a casar-se com Inês, a filha mais velha de Everardo Dias.

De volta ao Brasil, Everardo estabeleceu-se no Rio de Janeiro, no bairro do Méier, onde montou uma gráfica com apoio da maçonaria. Lá imprimiu *Delenda Roma!*, coletânea de suas conferências anticlericais, em 1921. Na dedicatória de um exemplar, hoje depositado no Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas, escreveu: “A Edgard Leuenroth, bom amigo e incansável paladino do Bem”. Revela-se aí sua aproximação com os libertários naquele momento, embora fosse muito mais livre pensador do que anarquista: todos estariam do lado do bem contra o mal, encarnado na ordem estabelecida do Estado oligárquico e da Igreja Católica.

Em 1920 e 1921, colaborou com publicações de oposição em vários estados, sobretudo

operárias, como *A Plebe*, *A Vanguarda* e *A Obra*, de São Paulo, *Germinal*, de Salvador, *Voz do operário*, de Aracaju, *O proletário*, de Juiz de Fora, entre outras. Escrevia ainda em periódicos dirigidos a outro público, como a *Revista Liberal*, de Porto Alegre, voltada para o estudo e a crítica social de uma perspectiva racionalista.

Atuou na revista *Clarté*, que ajudou a fundar em janeiro de 1921, ao lado de intelectuais como Nicanor Nascimento, Evaristo de Moraes, Maurício de Lacerda e Luís Palmeira, inspirados no Grupo Clarté, sediado em Paris e liderado por Henri Barbusse, simpático à revolução soviética. A revista só durou um ano, e Everardo foi um dos poucos integrantes que viria a tornar-se comunista nos anos seguintes. Outros membros ocupariam altos cargos no Ministério do Trabalho de Getúlio Vargas; a tendência predominante no grupo seria favorável a reformas graduais, segundo Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro.

Em 1922, integrou a campanha presidencial de Nilo Peçanha, republicano liberal e maçom, que agrupava os adversários de Artur Bernardes, candidato das oligarquias dominantes à sucessão de Epitácio Pessoa. Anteriormente, contudo, fora convidado a aderir à campanha de Bernardes, pois era tido como influente no meio operário, para o qual se acenava com reformas trabalhistas. Um emissário de Bernardes teria chegado a oferecer-lhe um cargo de representação no Conselho Internacional do Trabalho, em Genebra, em troca de apoio, como relata em *História das lutas sociais no Brasil*.

Participou de conspirações, tendo sido preso por um período breve em abril de 1923, já no governo Bernardes (1922-1926). Envolveu-se em episódios ligados ao levante militar que tomou conta de São Paulo por 23 dias a partir de 5 de julho de 1924, e em seguida integrou-se à conspiração liderada pelo almirante Protógenes Guimarães no Rio de Janeiro. Foi preso em agosto de 1924, após imprimir exemplares do manifesto a ser distribuído na deflagração do movimento, que não foi adiante, levando civis e centenas de militares à prisão.

Contou sua experiência nas masmorras do governo Bernardes em *Bastilhas modernas*. Relatou as condições dos presídios por onde passou: Polícia Central, Detenção, Ilha Rasa, Ilha das Flores, Presídio do Bom Jesus e Casa de Correção. Recorreu a testemunhos para registrar as tragédias das prisões em que não esteve: Ilha das Cobras, Ilha da Trindade, Campos (navio de prisioneiros), e a trágica Colônia Cleveland. Baseado em depoimento do jovem oficial Lauro Nicácio – sobrevivente do campo localizado no Oiapoque, no extremo norte do Brasil –, fez um relato conciso e contundente da prisão mais terrível. Lá morreram

centenas de prisioneiros, muitos deles nomeados no livro. Foram dizimados pelas doenças, má alimentação e falta de cuidados médicos no “inferno verde”, depósito para onde eram mandados os mais indesejáveis, quase uma condenação à morte.

Bastilhas modernas revela em detalhe o cotidiano nas prisões: os regulamentos, as tensões entre os presidiários, a linguagem usada por eles, os castigos e desmandos de todo tipo, as relações dos presos com as autoridades da cadeia, do carcereiro ao diretor; as condições de alimentação, alojamento, higiene pessoal e coletiva; o estado físico e psicológico dos presidiários; a espionagem entre eles; as doenças; a assistência médica; e a circulação de prisioneiros com as mudanças frequentes de presídio. Ademais, a obra atesta a perseguição contra os deserdados, não apenas por relatar as diferenças de tratamento na cadeia conforme a origem social, mas também por testemunhar a prisão de bandidos, mendigos e trabalhadores honestos junto com os detidos políticos. Em suma, dá um quadro expressivo do sistema penal e da sociedade de seu tempo. Registra o poderoso complexo de perseguição aos inimigos sociais e políticos da ordem oligárquica.

Bastilhas Modernas traz ainda uma infinidade de episódios que ajudam a compreender as contradições de personagens históricos. Por exemplo, Protógenes Guimarães – que em 1922 fora o comandante responsável por mandar centenas de marujos para a ilha das Cobras – foi encarcerado na ilha de Santa Cruz em 1924, onde se teria portado com dignidade. O livro denuncia a indiferença às condições dos presos por parte do procurador criminal da República, Sobral Pinto, que mais tarde viria a notabilizar-se pela defesa de presos políticos e dos direitos humanos durante o Estado Novo e a ditadura militar.

Com o fim do governo Bernardes e do estado de sítio, Everardo Dias foi libertado e terminou de escrever *Bastilhas Modernas*, publicado em 1927. Estabeleceu-se com a família em São Paulo, onde militaria no PCB, ao qual aderira ainda antes de ser preso. Suas atividades em 1927 estão registradas em cartas ao secretário geral do partido, Astrojildo Pereira. Elas revelam a dedicação do autor à causa e ao jornal comunista *A Nação* no breve período de legalidade do partido, de 3 de janeiro a 11 de agosto de 1927. Documentam sua inserção quase nula na classe operária paulista, bem como as dificuldades materiais dos militantes, que entretanto revelavam ânimo para mobilizar o operariado.

Nessa época, Everardo Dias estava afastado da maçonaria, mas mantinha contato com amigos anticlericais, com quem buscava fundos para ajudar a manter *A Nação*, que encerrou as atividades, junto com outros órgãos da imprensa operária, após a entrada em

vigor de nova legislação repressiva aprovada pelo Congresso em agosto de 1927, particularmente o Decreto nº 5.221, a principal “lei celerada”.

Envolveu-se no projeto eleitoral do PCB, por intermédio do Bloco Operário, depois denominado Bloco Operário e Camponês (BOC), que passou a ser a fachada legal do partido. Apesar do retorno à clandestinidade, das restrições eleitorais para os pobres, do chamado voto de cabresto nas áreas de influência do coronelismo, das notórias fraudes eleitorais, da coerção policial e outros entraves, o PCB participava das eleições por meio de uma organização política de “frente única” para fazer propaganda, denúncia e agitação política. Em outubro de 1928, foi candidato derrotado em São Paulo, com votação ínfima, mas o BOC conseguiu eleger Minervino de Oliveira e Otávio Brandão para o Conselho Municipal do Rio de Janeiro.

Apoiou criticamente a Aliança Liberal e o movimento de 1930. Em nome de uma Frente Unida das Esquerdas, chegou a elaborar com Maurício de Lacerda um programa de ação que em março de 1929 seria levado a uma conferência entre os chefes militares imigrados e delegados de grupos de oposição. No ano seguinte, recebeu a visita clandestina do líder militar Siqueira Campos, que procurava acordo com outras forças de oposição. Siqueira Campos pretendia iniciar a revolução, mas o plano foi abortado com sua morte num desastre aéreo em maio de 1930.

Numa das ondas de obreirismo que atingiam periodicamente o PCB, levando ao expurgo de intelectuais, no começo dos anos 1930 Everardo Dias foi expulso do partido, e em 1932 foi formalmente desligado. Mas seguiu atuante na política: descontente com os rumos do governo após o êxito do movimento de 1930, envolveu-se com a rebelião paulista de 1932 na redação do *Diário Nacional*, jornal do Partido Democrático, com o qual tinha relações desde o final dos anos 1920.

Foi detido após o levante comunista de 1935. Ficou preso de 30 de novembro de 1935 a 27 de fevereiro de 1937, acusado sem provas de cumplicidade com aqueles que o tinham expulsado de suas fileiras. Tanto que acabaria absolvido. Ao sair da prisão, estreitou laços com a maçonaria, onde atuou com destaque até a morte. Contudo, não abandonou as convicções socialistas.

Na década de 1950, tornou-se um dos principais colaboradores da *Revista Brasiliense*, de Caio Prado Júnior, Elias Chaves Neto e outros comunistas, cujas propostas eram marginais no PCB. Os artigos estão na raiz de sua obra hoje mais conhecida, intitulada *História das*

lutas sociais no Brasil, publicada em 1962 e reeditada em 1977, com base na experiência vivida, nos conhecimentos e na memória do autor.

Teve sequelas de saúde devido às passagens pelo cárcere, mas morreria lúcido, com mais de 80 anos de idade, em 1966. Foi casado com uma brasileira, com quem teve cinco filhas. Dá nome a uma rua no bairro do Limão e a uma loja maçônica na zona oeste da cidade de São Paulo.

Marcelo Ridenti

FONTES: CASTELLANI, J. *Loja*; DIAS, E. *Bastilhas*; DIAS, E. Cartas a Astrojildo Pereira, 1927b. Originais disponíveis no Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano (ASMOB), que está depositado no Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM-UNESP); DIAS, E. *Delenda*; DIAS, E. *História*; DIAS, E. *Jesus Cristo*; DIAS, E. *Memórias*; DIAS, E. *Propósito* (p.73); HALL, M.; PINHEIRO, P. *Grupo* (p.251-287); KAREPOVS, D. *Classe*; LEUENROTH, E. *Dados*; Prontuário n. 136 do DOPS de São Paulo, referente a Everardo Dias.; RIDENTI, M. *Um livre* (p. 17-52).